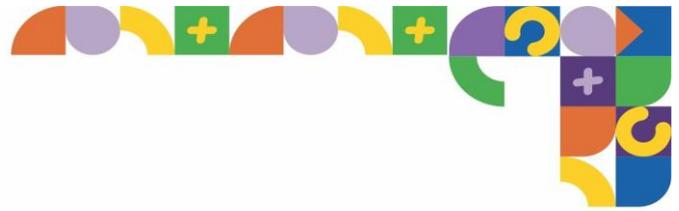


PROPOSTAS CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA MULHER DE PIRACICABA

EIXO I – Governança, instituições e participação popular para a garantia dos direitos das mulheres

Nº	PROPOSTA	RESPONSABILIDADE/ VOTAÇÃO
1.	Implementar um observatório municipal com sistema permanente de monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas para as mulheres, que inclua a coleta e análise regular de dados desagregados por gênero, orientação sexual, raça, território, segurança pública e outras variáveis. Este sistema deve produzir relatórios periódicos acessíveis à população, garantindo transparência, acompanhamento efetivo e fiscalização das ações públicas.	MUNICIPAL Aprovada por unanimidade
2.	Criar e instituir a Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres como órgão específico e autônomo, responsável pela formulação, coordenação, implementação e monitoramento das políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos das mulheres no município, com dotação orçamentária adequada para fazer frente a todas as ações e programas necessários.	MUNICIPAL Aprovada por unanimidade
3.	Criar e implementar o Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres com a participação efetiva e protagonismo, especialmente aquelas das comunidades mais vulneráveis. A metodologia deve ser inclusiva, democrática e participativa, assegurando a escuta ampla e sem distinção da população feminina, para que as políticas reflitam as reais demandas.	MUNICIPAL Aprovada por unanimidade
4	Promover programas de formação e conscientização sobre os direitos das mulheres, destacando o papel dos Conselhos de Direito da Mulher como espaço fundamental para defesa, participação e controle social.	ESTADUAL Aprovada por unanimidade



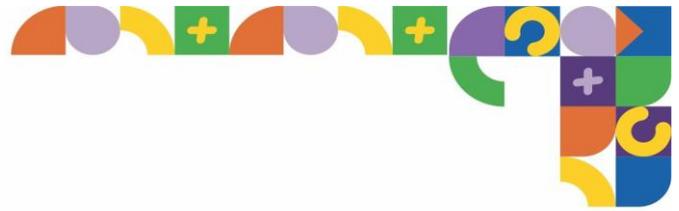


	Essa formação deve ser especialmente direcionada e acessível para mulheres trans, negras, mulheres com deficiência (PCDs), em situação de vulnerabilidade social e de rua, dependentes químicas, encarceradas; grupos que enfrentam múltiplas formas de exclusão e discriminação.	
5.	Garantir a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão por meio de ações que promovam a paridade de gênero, instituindo igualdade no número de mulheres e homens em cargos eletivos, conselhos e instâncias deliberativas.	NACIONAL Aprovada por unanimidade

EIXO II - Enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher.

Nº	PROPOSTAS	RESPONSABILIDADE/ VOTAÇÃO
1.	Criar uma Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, com orçamento próprio e autonomia	proposta suprimida
2.	Garantir abrigo seguro: Casa Abrigo, Auxílio Aluguel Social ou parcerias com hotéis	Municipal Aprovada - 8 contras, 1 abstenção e aprovada por maioria e por aclamação
3.	Implantar Juizado específico de Violência Doméstica	Estadual Aprovada por unanimidade
4.	Promover capacitação sobre a Lei Maria da Penha, ampliando a discussão para violência de gênero para profissionais e estudantes (público e privado), com	Municipal e Estadual Aprovada - 1 abstenção e



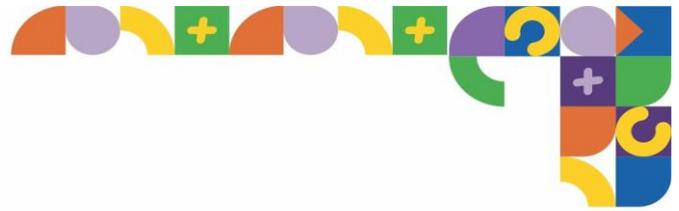


	campanhas educativas na Rede Municipal e Estadual de Educação e Rede Privada	aprovada pro maioria e por aclamação
5.	Criar, no município, um Centro de Atendimento ao Autor de Violência contra a Mulher, com o objetivo de fazer cumprir os dispositivos da Lei Maria da Penha. O Centro deve oferecer acompanhamento psicossocial, rodas de diálogo, ações educativas e projetos específicos que abordem as raízes do machismo estrutural, promovendo a desconstrução de comportamentos violentos.	Municipal Texto alterado em plenária - Aprovada por unanimidade

EIXO III – Autonomia financeira como estratégia para a igualdade

Nº	PROPOSTAS	RESPONSABILIDADE/ VOTAÇÃO
1.	Fomentar o relacionamento público e privado na criação e implementação de programas de qualificação profissional voltados à Economia Solidária e Circular, por meio do cooperativismo, como forma de gerar renda e inclusão produtiva sustentável, com foco em mulheres em situação de vulnerabilidade, especialmente negras, periféricas, vítimas de violência e chefes de família, com incentivos à permanência e conclusão dos cursos, como a oferta de cesta básica, vale-transporte, auxílio-creche ou alimentação.	Municipal Aprovada - 4 abstenções e aprovada por maioria e por aclamação
2.	Ampliar o horário de funcionamento das creches de modo a atender as necessidades das mulheres que precisam de mais tempo para levar e buscar seus filhos, considerando que a maioria precisa cumprir jornada integral de 8 horas de trabalho, geralmente em horário comercial.	Municipal Aprovada - 3 contras e aprovada por maioria e por aclamação
3.	Ampliar os horários de circulação, de itinerários e os pontos de parada dos ônibus do transporte público municipal, especialmente nos períodos noturnos e nos horários de pico, assegurando que as rotas contemplem	Municipal Aprovada - 3 contras e aprovada



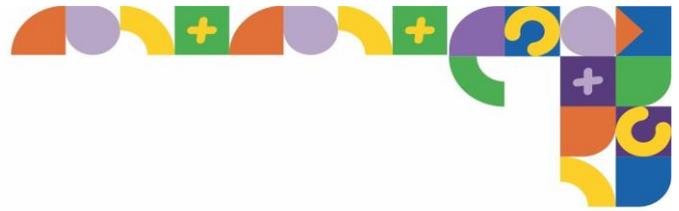


	as localidades onde estão situados os serviços de proteção às mulheres, assim como da rede de serviços essenciais como saúde, assistência social, educação e de lazer e cultura, facilitando o acesso das mulheres aos seus locais de trabalho.	por maioria e por aclamação
4.	Criar programa para aumentar o acesso e a permanência das mulheres do município à educação básica, aumentando o nível de escolaridade e diminuindo o nível de analfabetismo.	Municipal Aprovada - 3 abstenções e aprovada por maioria e por aclamação
5.	Criar ações para a divulgação dos Programas de Transferência de Renda e auxílio para cadastramento para acesso aos programas, serviços e benefícios, tendo em vista os altos índices de vulnerabilidade social da população, especialmente de famílias chefiadas por mulheres, mulheres negras, indígenas, trans, PCDs, mães solo, privadas de liberdade ou egressas do sistema prisional.	Municipal Aprovada por unanimidade

EIXO IV – Cuidar de quem cuida: Políticas de Saúde Integral da Mulher

Nº	PROPOSTA	RESPONSABILIDADE/ VOTAÇÃO
1.	Elaboração do Plano Municipal do Cuidado <ul style="list-style-type: none"> Instituir normatização para a criação de grupo interdisciplinar e intersetorial para a discussão e construção da política municipal do cuidado definindo papéis e corresponsabilização de cada secretaria, com ampla divulgação para a garantia da participação popular 	Municipal Aprovada por unanimidade
2.	Ampliar e fortalecer a oferta de especialidades relacionadas à saúde da mulher (Centro Especializado em Saúde da Mulher) com garantia de orçamento e	Municipal





	<p>destinação de verba e com base em indicadores reais do município</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Saúde mental ● Saúde bucal ● Endometriose ● Menopausa ● Saúde reprodutiva (ginecologista e obstetra) ● Geriatria ● Ambulatório trans ● Neurologia ● Fisioterapia ● Anemia falciforme 	<p>Aprovada por unanimidade</p>
3.	<p>Criar protocolo de atendimento humanizado na Rede Pública de Saúde, com treinamento de todos os funcionários, atendendo a aspectos como gênero, raça, orientação sexual, idosos e pessoa com deficiência</p>	<p>Municipal Alterado texto - Aprovada por unanimidade</p>
4.	<p>Descentralizar o Centro Especializado em Saúde da Mulher, realizando estudo de necessidade e demanda para atendimento direto nos territórios</p>	<p>Municipal Aprovada por unanimidade</p>
5.	<p>Ampliar a oferta de dispensação de medicação especializada em saúde da mulher, além da oferecida na farmácia popular, incluindo medicações alternativas e naturais</p>	<p>Municipal e Estadual Aprovada - 1 contra e aprovada por maioria e por aclamação</p>
6.	<p>Criar centro de Planejamento Familiar, saúde sexual e reprodutiva, com acesso a programas de fertilização e garantia de métodos contraceptivos seguros à escolha da população, com respeito a autonomia da mulher e acesso a educação sexual reprodutiva.</p>	<p>Municipal Aprovada - 1 contra e aprovada por maioria e por aclamação</p>

